

## O USO VARIÁVEL DAS FORMAS ANAFÓRICAS NO ACUSATIVO

### VARIABLE USE OF ANAPHORIC FORMS IN ACCUSATIVE

Ivelã Pereira\*  
Izete Lehmkuhl Coelho\*\*

**Resumo:** Este trabalho é resultado de uma pesquisa sociolinguística laboviana, cujo objeto de estudo é constituído do uso variável das formas anafóricas no acusativo: clíticos, pronomes pessoais retos e objeto nulo. Para investigar essas formas, embasamo-nos principalmente em postulados de Camara Júnior (2004) e resultados de trabalhos variacionistas de Cyrino (1993, 1997, 2000), Duarte (1989) e Oliveira (2007). A metodologia utilizada para a descrição e a análise dos dados é baseada na Sociolinguística Quantitativa (cf. LABOV (2008 [1972])). A amostra investigada neste trabalho é composta de produção textual de alunos de 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> ano, de quatro escolas de ensino público de Florianópolis. As variáveis independentes internas controladas englobam aspectos semânticos, morfossintáticos e sintáticos, e as variáveis independentes externas foram: 'sexo', 'faixa etária' e 'escolaridade'. Por meio da análise dos resultados, percebemos que o pronome reto e o objeto nulo foram as variantes mais utilizadas pelos alunos, e o pronome oblíquo apareceu como uma opção muito reduzida, condicionado principalmente pelo traço de animacidade do antecedente.

**Palavras-chave:** Sociolinguística; Acusativo; Formas anafóricas; Pronomes.

**Abstract:** Our study is the result of a Labovian sociolinguistic research whose object of study consists of the variable use of anaphoric forms in accusative as clitics, personal pronouns and null objects. We have mainly based our study on Camara Júnior (2004), Cyrino (1993, 1997, 2000), Duarte (1989) and Oliveira (2007). The methodology used for the description and analysis of the data is based on Quantitative Sociolinguistics (LABOV, 2008 [1972]). The sample investigated in this work consists of written texts produced by students from the 6th, 7th, 8th and 9th grades, from four public schools in Florianópolis, Santa Catarina. The independent internal variables include semantic, morphosyntactic and syntactic aspects, and the independent external variables are: 'sex', 'age' and 'schooling'. The results revealed that the "reto" pronoun and the null object were the students' most frequently used variants, and the "oblíquo" pronoun appeared as a rarely used option, mainly conditioned by the antecedent 'animacy' feature.

**Keywords:** Sociolinguistic; Accusative; Anaphoric forms; Pronouns.

---

\* Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina e Professora de Língua Portuguesa na rede particular em Florianópolis. E-mail: [ivepoesia@yahoo.com.br](mailto:ivepoesia@yahoo.com.br)

\*\* Professora da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [izete@cce.ufsc.br](mailto:izete@cce.ufsc.br).

## Introdução: o objeto (direto) de pesquisa

Nossa pesquisa<sup>1</sup> objetivou verificar as variadas formas anafóricas utilizadas no acusativo (objeto direto) em textos escritos de alunos de sexto a nono ano de escolas da rede pública de Florianópolis, com a finalidade de mapearmos com detalhamento o uso, considerando-se a variação do objeto direto na escrita de nossos informantes.

Antes de irmos aos dados dos informantes, observamos, inicialmente, algumas reflexões teóricas de Camara Júnior (2004) e Monteiro (1994) sobre o acusativo e alguns resultados de trabalhos que utilizam o aparato teórico-metodológico da Sociolinguística (DUARTE, 1989; CYRINO, 1997, CALLES, 2006, OLIVEIRA, 2007, entre outros) sobre este objeto de estudo em variação.

Segundo Câmara Junior (2004, p. 96), “um dos traços mais característicos do português do Brasil é o uso de *ele* (e suas variantes de feminino e plural), como um acusativo; ex: vejo ele, em lugar de vejo-o”. Esse uso é tão comum que pronomes oblíquos de terceira pessoa na fala dos brasileiros parecem ser utilizados apenas em contextos formais. Essa posição também é corroborada por Monteiro (1994, p. 87), segundo a qual “o objeto direto anafórico em português é, além disso e com mais frequência, expresso pelas formas do caso reto *ele(s)* e *ela(s)*, como mais uma tática de fuga aos clíticos *o(s)* e *a(s)*”.

De acordo com a explicação de Câmara Junior (2004, p. 97-98):

Deve-se, primeiro, estabelecer que não se trata do emprego do caso-sujeito como um acusativo, mas de uma forma invariável do ponto de vista sintático, exatamente como os nomes e os demonstrativos. A forma *ele* no português do Brasil deles se aproximou, separando-se do sistema dos pronomes pessoais, onde há uma flexão casual. Diz-se, portanto *ele anda, falo a ele, vejo ele*, exatamente como Pedro anda, fala a Pedro, vejo Pedro, em vez de – *ele anda, falo-lhe* ou *falo a ele* e *vejo-o*, enquanto que para a primeira pessoa, por exemplo, usamos sempre flexões casuais – *eu ando, me fala, ou fala a mim* e *me vê*. A inovação brasileira é, em última análise, uma inovação de estrutura, dissociando o pronome da terceira pessoa do sistema casual dos pronomes pessoais.

Para o autor, por ser fórico, o *ele* possuiria uma função múltipla, diferentemente dos pronomes de primeira e segunda pessoa, os quais são dêiticos e se referem a uma pessoa do discurso. O autor lembra que é preciso considerar também que o pronome de

---

<sup>1</sup> Queremos agradecer aos pareceristas que propuseram valiosas sugestões de aprimoramento a este artigo.

terceira pessoa *ele* surgiu do pronome demonstrativo latino *ille*, e é por este motivo que ele tem funções tão múltiplas, semelhantes a dos nomes e pronomes demonstrativos.

Vê-se pois como *ele* firmou-se como uma forma sintática invariável, que, à maneira dos nomes e dos demonstrativos, pode empregar-se em todos os casos, mesmo no acusativo, onde ele toma o lugar deixado vazio por *o*: temos para o sujeito falante e para o sujeito ouvinte um sistema pronominal – caso sujeito eu: caso regime átono me; caso sujeito você ou senhor: caso regime átono lhe, mas, para a terceira pessoa, a palavra fixa *ele*, que tanto pode ser um nominativo como um acusativo, exatamente como os nomes e os demonstrativos e, como eles, é introduzido por uma preposição para o dativo (*a ele*) e o genitivo (*dele*). (CÂMARA JUNIOR, 2004, p. 100).

Ainda, segundo o linguista, no Português Europeu (PE), o *ele* aparece apenas no caso dativo, sendo, portanto, uma peculiaridade dos brasileiros utilizar o pronome lexical como acusativo: “no Português europeu, *ele*, fora do caso-sujeito, só se encontra como forma tônica introduzida por uma preposição [...]. Fica-se, pois, tentado a dizer que a construção brasileira com *ele* no acusativo não é senão a extensão do emprego de *ele* como uma forma tônica do caso-regime.” (CÂMARA JUNIOR, 2004, p. 96).

Assim como Câmara Junior, Duarte (1989) entende que o *ele* tenha se colocado na posição de acusativo no português brasileiro (PB) de forma significativa. A autora, além de averiguar o uso do pronome reto na posição de acusativo, no lugar do clítico, também levanta os casos de objeto nulo, que tem se mostrado uma forma anafórica nova e muito utilizada em amostras investigadas por ela: “gravações da fala natural, obtidas através de entrevistas com 50 paulistanos nativos, e linguagem da televisão” (DUARTE, 1989, p. 19).

Na realização do objeto direto correferente com um SN mencionado no discurso (doravante objeto direto anafórico), o português falado no Brasil tende, com frequência cada vez maior, a substituir o clítico acusativo de 3ª pessoa pelo pronome lexical (forma nominativa do pronome em função acusativa), por SNs anafóricos (forma plena do SN correferente com outro SN previamente mencionado) ou por uma categoria vazia (objeto nulo) (DUARTE, 1989, p. 19).

Por meio dessa pesquisa, a autora percebeu que o objeto nulo é abundante na fala dos brasileiros investigados, com 62,6% de ocorrências dessa forma anafórica.

Outros linguistas também trazem posições convergentes à de Duarte (1989), como, por exemplo, Calles (2006), que trata do uso do objeto nulo, não preenchido, explicando que o uso dessa variante geralmente ocorre quando os referentes têm menor grau de animacidade, como no exemplo: “– Tu viste o avião que passou? – Vi Ø”.

De acordo também com os estudos de Neves (2000, p. 618) “quanto à ocorrência de objetos diretos nulos, os resultados atestam as pesquisas sincrônicas e diacrônicas existentes: o objeto direto nulo do PB é preferencialmente [-animado] e ocorre em qualquer tipo de estrutura”, isto é, quando o objeto direto é nulo a probabilidade desse objeto se referir a algo animado, como uma pessoa, por exemplo, é menor, mas não é impossível.

A fim de analisarmos essa variante (objeto nulo), recorreremos também aos estudos de Cyrino, que se deteve em examinar algumas variantes na posição de objeto direto, investigando os objetos nulos em dados escritos do PB, através de cinco séculos, considerando 300 dados de cada século. Do século XVI, foram retirados dados de algumas obras de teatro de Gil Vicente e Camões; do século XVII, utilizou dados da poesia de Gregório de Matos; já os dados do século XVIII foram retirados de uma obra de Antonio José da Silva (*Guerra do Alecrim e da Manjerona*, 1737) e outra de Domingos Caldas Barbosa (*Viola de Lereno*, 1760-1780). Três autores do século XIX também foram selecionados para a coleta de dados: Martins Pena, Arthur de Azevedo e José de Alencar; por fim, no século XX, os seguintes autores/peças foram utilizados: Miguel Falabella, *No coração do Brasil* (1992); Marques Rebelo, *Rua Alegre, 12* (1940), Gianfrancesco Guarnieri, *Um grito parado no ar* (1973); e Dias Gomes, *O Pagador de Promessas* (1960). Tal pesquisa mostrou os seguintes resultados: uso de 79,1% de objeto nulo e 4,0% de clítico acusativo, o que evidencia, de acordo com a autora, uma mudança paramétrica para as posições de objeto, de uma tendência de preenchimento dessa posição com clíticos para possibilidades irrestritas de pronome nulo.

A autora assevera que: “ao estudar a mudança linguística ocorrida no PB, observa-se que os objetos nulos estão presentes nos dados diacrônicos do português do Brasil desde o século XVI, isto é, desde a chegada da língua portuguesa ao Brasil.” (CYRINO, 1997, p. 14).

Ademais, inúmeras pesquisas têm apontado que essa variante tem sido a mais frequente na fala e na escrita dos falantes brasileiros, como nos mostra Oliveira (2007), com a pesquisa sincrônica das formas variáveis do objeto direto anafórico, baseada na escrita de crianças do primeiro e segundo ciclo do ensino fundamental. Os dados para a pesquisa foram extraídos de oitenta e oito textos espontâneos escritos por crianças que cursavam o primeiro segmento (1º a 5º ano) do ensino fundamental entre os anos 2002

e 2006 e tinham entre 6 e 10 anos (OLIVEIRA, 2007). Os resultados desse trabalho estão detalhados a seguir.

O objeto direto nulo, em contextos discursivamente equivalentes, é, sem sombra de dúvida, a estratégia preferida pelas crianças quanto à retomada de um objeto direto anteriormente citado: 52% das ocorrências, ou em 91 casos dos 174 coletados no *corpus*. Deste total de 91 ocorrências, 49 foram encontrados em textos das 1as e 2as séries, representando 54% dos casos e os dados restantes (42) foram encontrados em textos das 3as e 4as séries, representando 46% das ocorrências. (OLIVEIRA, 2007, p. 17).

A hipótese da autora era a de que o número maior de ocorrências de objeto direto anafórico se daria com o objeto nulo, enquanto, possivelmente, em segundo lugar estaria o uso do pronome lexical e, por fim, em terceiro lugar, o uso do clítico, por ser a variante mais formal e menos utilizada. Os resultados da tabela 1 atestam sua hipótese.

Tabela 1 – Total de dados distribuído conforme as variantes usadas

<b>Variantes</b>	<b>Número de ocorrências</b>	<b>%</b>
Objeto nulo	91	52,0
Pronome tônico	39	23,0
SN anafórico	14	8,0
Clítico acusativo	30	17,0
TOTAL	174	100,0

Fonte: Oliveira (2007, p. 17)

Como podemos observar, os resultados indicam um uso preferencial pelo objeto nulo (52%), seguido pelo pronome tônico (23%), pelo clítico (17%) e, por último, pelo sintagma nominal (SN) anafórico, com apenas 8% dos dados.

O objeto nulo tem se mostrado, dessa forma, num estágio de implementação<sup>2</sup> na língua, pois, ao que parece, essa variante já se encontra encaixada no sistema linguístico, tendo passado por um período de transição (em que seu uso se tornou mais comum).

Que a categoria vazia objeto se encontra implementada no sistema linguístico é desnecessário enfatizar. Sua ocorrência em artigos de jornais e revistas, na literatura e em traduções, em contextos que não têm a intenção de reproduzir a língua falada, atesta isso e distingue o português do Brasil das suas línguas irmãs, exigindo uma análise que leve em conta o discurso. (DUARTE, 1989, p. 32).

<sup>2</sup> Conforme postulados de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]).

Os falantes investigados, ao utilizarem o pronome nulo, conforme as pesquisas de Duarte (1989), parecem não avaliá-lo como uma forma desprestigiada, estigmatizada. Isso se mostra principalmente pelo fato de os falantes nem perceberem que utilizam o objeto nulo, de tão comum que ele se tornou, ainda mais quando o referente possui traço [- animado].

A anáfora zero do objeto [- animado] passa quase inteiramente despercebida, sendo natural sua aceitação em todos os tipos de estruturas. Mesmo com traço [+ animado] sua aceitação é razoável por parte dos informantes, exceto aqueles que se situam num nível de escolaridade mais alto, a quem causam estranheza construções de que eles próprios fazem uso na fala natural (DUARTE, 1989, p. 31-32).

Ao traçarmos um panorama geral dos estudos linguísticos nos quais nos baseamos nesta pesquisa, percebemos que, em Cyrino (1997), o uso de nulo foi de 79,1%, enquanto os dados mostraram apenas 4,0% de uso de clítico no acusativo. Além disso, é possível perceber que o nulo geralmente tem antecedente marcado com traço [- animado].

Com resultados próximos a esses, Duarte (1989) nos mostra que o traço [+ animado] estava presente em 92,4% dos dados de pronome reto, e em 78,4% dos dados de clíticos. O traço [- animado] aparece com mais frequência em dados de SN anafórico, abarcando 70,7% desses dados e 76,3% do objeto nulo.

Oliveira (2007), por sua vez, apresenta os seguintes resultados de porcentagem de uso: objeto nulo, 52%; pronome reto, 23%; clítico acusativo, 17%; e SN anafórico, 8%. Já o uso do pronome oblíquo como acusativo, como sabemos, aparece como preferencial nas gramáticas prescritivistas, mas com pouca frequência na fala dos brasileiros.

A partir desses estudos linguísticos, pudemos formular nossas hipóteses e questões para analisarmos os resultados, mas, antes de chegarmos a esse ponto, detalharemos a metodologia e a posição teórica adotada nesta pesquisa.

## **1 Pressupostos teóricos e metodológicos**

Partimos de uma perspectiva teórico-metodológica da Sociolinguística Variacionista e, desse modo, seguiremos alguns passos metodológicos explicitados nos cânones dessa teoria: “Padrões Sociolinguísticos” (LABOV, 2008 [1972]), “Fundamentos

empíricos para uma teoria da mudança linguística” (WEINREICH; LABOV; HERZOG (WLH) 2006 [1968]) e “Pesquisa Sociolinguística” (TARALLO, 2000).

Levamos em consideração a partir dessa perspectiva que o fenômeno investigado – as formas anafóricas no acusativo – está em variação no português, tanto na modalidade oral quanto na escrita, e que há motivações internas e externas que condicionam o uso de cada uma das formas variáveis em estudo (clítico, pronome reto, e pronome nulo).

Para verificar a frequência das formas em variação e descrever as forças condicionadoras, optamos por uma amostra empírica de língua escrita. O *corpus* utilizado é composto por redações de alunos de sexto a nono ano de quatro escolas públicas de Florianópolis. São textos pertencentes ao banco de dados do VARSUL da agência UFSC – resultado de um projeto de extensão intitulado “Variação linguística e ensino de gramática nas escolas do Ensino Fundamental: um estudo do paradigma pronominal”<sup>3</sup>, coordenado pela Professora Dra. Izete Lehmkuhl Coelho.

Todo o material foi coletado por bolsistas e pesquisadores do projeto de extensão, seguindo os seguintes passos. A partir da seleção de quatro escolas de ensino público de Florianópolis para fazer a pesquisa de campo, o grupo aplicou uma proposta de produção textual (narrativa textual) a alunos de 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> anos, que deveriam fazer um relato a respeito de um momento marcante de suas vidas, vivenciado em companhia de outras pessoas.

Trazemos à vista, então, *ipsis literis*, a proposta de questionário aplicada aos alunos, seguida da proposta de redação<sup>4</sup>.

O que costuma fazer no dia a dia:  
 Você gosta de ler? Sim Não  
 Que tipo de livros você costuma ler? Cite-os.  
 Você gosta de música? Cite algumas das músicas que você mais gosta.  
 Apelido ou pseudônimo:  
 Sexo:  
 Idade:  
 Ano:  
 Escola onde estuda:  
 Cidade onde mora:  
 Cidade onde nasceu:

<sup>3</sup> Gostaríamos de agradecer aos bolsistas, pesquisadores e professores responsáveis pela dedicação e empenho no supracitado projeto de extensão.

<sup>4</sup> Todo o material coletado está disponível no Núcleo VARSUL para consulta, mediante contato através do site: [www.varsul.org.br](http://www.varsul.org.br).

Escreva uma história que você tenha vivenciado (ou presenciado) juntamente com pessoas da família, com amigos ou com outras pessoas quaisquer e que tenha sido muito interessante ou triste para você. Se possível, conte esse fato utilizando trechos de diálogos.

Os pesquisadores do projeto de extensão, além de dados escritos, também coletaram dados de fala dos alunos de uma das escolas participantes do projeto, isto é, os mesmos relatos escritos foram contados pelos alunos dessa escola e gravados. Nessa pesquisa, porém, optamos por trabalhar apenas com os dados da escrita.

### 1.1 Coleta de dados, envelope da variação e fatores condicionantes

A partir do *corpus* de língua escrita, partimos para a coleta de dados, buscando selecionar todas as sentenças em que apareciam as três variantes de nossa variável dependente ‘formas anafóricas no acusativo’: clítico (ou pronome oblíquo), pronome reto e pronome nulo. Dentre os dados coletados, vejamos os seguintes exemplos para cada uma dessas variantes:

(1) “Arthur me viu e perguntou oque<sup>5</sup> tinha acontecido”  
(Feminino, 14 ou 15 anos, 8º ano)

(2) “Nós jogamos Ø sempre que dá”  
(Masculino, 14 ou 15 anos, 9º ano)

(3) “Conheci ele a dois anos”  
(Masculino, acima de 16 anos, 9º ano)

Quanto às variáveis independentes internas (condicionadores internos), procuramos englobar aspectos pragmáticos, sintáticos, morfossintáticos e semânticos. Como todas as pessoas do discurso serão consideradas, julgamos necessário destacar a ‘pessoa do discurso’ como nossa variável pragmática. A ‘ordem do anafórico’ foi elencada como uma variável sintática, mas, ao longo da análise, acabou sendo descartada por não ter se mostrado significativa. Nossa variável morfossintática ‘modo verbal’ também se mostrou pouco relevante no decorrer da análise e, por isso, foi retirada da análise estatística. Em contrapartida, a variável semântica ‘animacidade’

---

<sup>5</sup> Optamos por trazer os exemplos tal como os informantes escreveram, sem modificar as palavras para se adequarem à norma, com vistas a ressaltar a questão da variação nos diferentes aspectos da língua.

mostrou-me bastante relevante em todas as rodadas estatísticas e será explorada nesta pesquisa.

Em relação a essa última variável escolhida, baseamo-nos em Duarte (1989), Cyrino (1997) e Oliveira (2007), dentre outros autores, para a formulação de nossas hipóteses. Já as variáveis independentes externas controladas foram: (i) 'sexo' (masculino e feminino); (ii) 'faixa etária'; e (iii) 'escolaridade'.

Foram coletados 231 dados, e, para tratamento estatístico, foi utilizado o programa estatístico VARBRUL. Fizemos três rodadas. A primeira rodada foi unidimensional, em que consideramos o uso das três variantes encontradas nos dados: o pronome reto, o oblíquo (ou clítico) e o nulo. Em seguida, fizemos a segunda rodada controlando apenas os pronomes retos e oblíquos. A rodada, nesse caso, foi multivariada, ou seja, considerou-se o peso relativo. Por fim, fizemos uma terceira rodada, também multivariada, envolvendo apenas as variantes objeto nulo (objeto não preenchido) em oposição ao pronome reto e oblíquo juntos (objeto preenchido).

As hipóteses (geral e específicas) levantadas e os resultados de cada uma das rodadas estatísticas serão discutidos na seção a seguir.

## **2 Caracterização das hipóteses e descrição dos resultados**

Nossa expectativa era de que iríamos encontrar, na escrita dos alunos, uma frequência mais acentuada de formas anafóricas de pronome reto e de objeto nulo do que de pronome oblíquo no acusativo. Essa hipótese se baseia em resultados a que os autores supracitados já chegaram.

Com a nossa hipótese geral traçada, pudemos fazer a primeira rodada estatística já com a previsão de alguns resultados. Já as hipóteses específicas são explicitadas em cada uma das rodadas feitas (tratadas aqui como: primeira rodada, segunda rodada e terceira rodada), conforme a seleção das variáveis independentes.

### **2.1 Primeira rodada (reto vs oblíquo vs nulo)**

Um dos primeiros resultados que pudemos obter com essa primeira rodada estatística foi o número total de ocorrências e o percentual de cada uma das três variantes consideradas, como ilustram os resultados apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Frequência de formas de realização do acusativo

	<b>RETO</b>	<b>OBLÍQUO</b>	<b>NULO</b>	<b>TOTAL</b>
Número de ocorrências	70	57	110	237
Percentual %	30%	24%	46%	100%

Com esta tabela, é possível perceber um número alto de ocorrências com o objeto nulo (46%), o que parece atestar os resultados de Duarte (1989), segundo os quais o objeto nulo (desde a década de 1980) parece estar num estágio de implementação no PB. Estudos que investigam corpora de diferentes regiões do Brasil e de diferentes modalidades mostram que os pronomes oblíquos têm sido cada vez menos utilizados, principalmente na terceira pessoa. Isso é perceptível porque, mesmo considerando, nos resultados gerais, as três pessoas do discurso reunidas, o número de oblíquos continua sendo baixo. Nossas hipóteses se assemelham às de Oliveira (2007):

[...] trabalha-se com as hipóteses de que o objeto nulo é a variante preferencialmente usada pelas crianças; o clítico acusativo *o/a* só começa a aparecer nos dados extraídos dos textos das séries finais (3as e 4as séries), por influência da ação normativa da escola; o uso do clítico acusativo e do pronome tônico está condicionado ao traço [+animado, +específico/referencial] de seu antecedente, enquanto o do objeto nulo e do SN anafórico, ao traço [-animado, +específico/referencial] (OLIVEIRA, 2007, p. 4).

Mas na Tabela 3, apenas com o fator terceira pessoa do discurso, percebemos uma maior divergência entre os resultados, apontando que o uso do pronome nulo é quase dez vezes maior que o do pronome oblíquo:

Tabela 3 – Frequência de formas de realização do acusativo na TERCEIRA PESSOA

<b>TERCEIRA PESSOA</b>	<b>RETO</b>	<b>OBLÍQUO</b>	<b>NULO</b>	<b>TOTAL</b>
Número de ocorrências	50	12	107	169
Percentual %	30%	7%	63%	100%

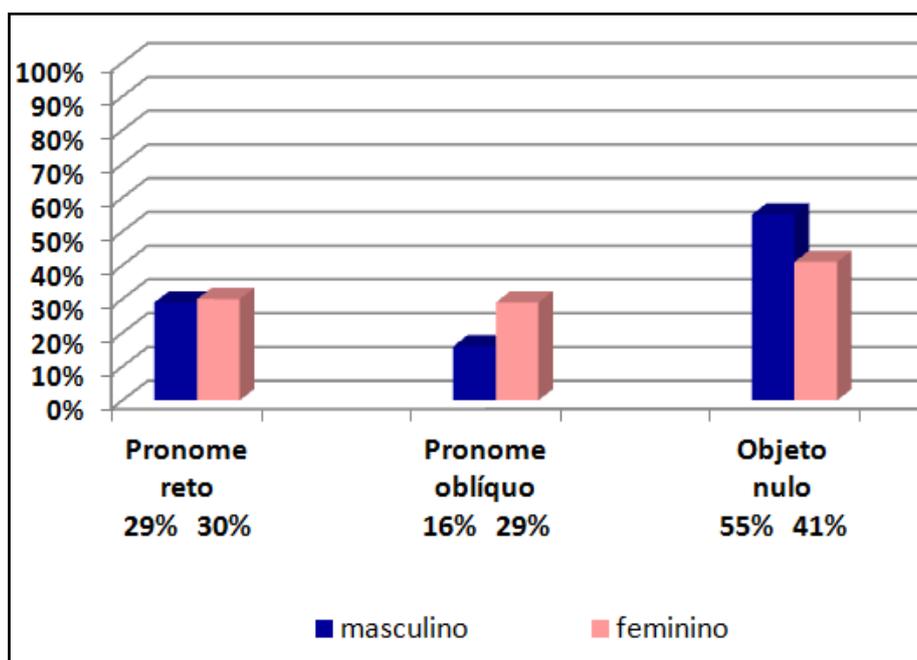
Apresentaremos a seguir resultados estatísticos de algumas variáveis, a partir de percentuais significativos e relevantes nessa rodada, sendo a variável 'sexo' a primeira a ser mencionada em nosso texto. Em segundo lugar, apresentaremos hipóteses, resultados e discussão das variáveis 'pessoa do discurso' e 'animacidade'.

### 2.1.1 Variável 'sexo': hipótese e discussão dos resultados

Sabemos que, conforme o que constata Labov (2008 [1972]), as mulheres geralmente optam (conscientemente ou não) pela variante mais prestigiada pela sociedade, que geralmente é também a mais formal. Segundo o autor, “mesmo quando usam as formas mais extremas de uma variável sociolinguística em avanço em sua fala casual (...), as mulheres se corrigem mais nitidamente do que os homens nos contextos formais” (p. 282).

Por isso, em relevância a essa constatação, nossa hipótese é de que as mulheres utilizariam mais o pronome oblíquo do que os homens, os quais teriam preferência pela variante pronome reto no acusativo. Quanto ao uso do objeto nulo, acreditamos que o número de ocorrências seria alto, tanto no que diz respeito ao sexo masculino, quanto ao feminino, pois o objeto nulo tem sido utilizado de modo profuso graças ao condicionamento do traço animacidade, enquanto a variável independente externa 'sexo' não parece influenciar expressivamente no uso do objeto nulo como acusativo. O Gráfico 1, a seguir, mostra os resultados de nossa pesquisa.

Gráfico 1 – Porcentagem de uso dos pronomes reto, oblíquo e objeto nulo conforme a variável 'sexo'



Mediante o Gráfico 1, percebe-se que o pronome oblíquo é mais recorrente na escrita feminina, enquanto o pronome reto tem índices semelhantes tanto na escrita dos informantes femininos quanto masculinos. O objeto nulo, por sua vez, se mostra a forma anafórica preferencialmente usada por ambos os sexos, com uma leve inclinação para a escrita masculina, com índices que ultrapassam a casa dos 50%.

Os exemplos de (4) a (6) ilustram nossos resultados:

(4) “depois deixei ela no ar”  
(Pronome reto. Masculino, até 13 anos, 8º ano)

(5) “ninguém nos mandou prende-las de volta”  
(Pronome oblíquo. Feminino, 14 ou 15 anos, 9º ano)

(6) “uma Pipa [...] + ou - umas 4 horas tentando pegar Ø + não conseguia” (Pronome nulo. Masculino, até 13 anos, 7º ano)

O primeiro e último fragmentos são de informantes do sexo masculino, ao passo que o exemplo em (5) é de uma informante do sexo feminino. Os exemplos ilustram, de forma concisa, os nossos resultados, os quais são congruentes com a constatação de que:

Diversos outros estudos sobre processos variáveis do português apontam para o que poderíamos denominar uma maior consciência feminina do *status* social das formas linguísticas. [...] O que se pode generalizar, pelo momento, é a maior sensibilidade feminina ao prestígio social atribuído pela comunidade às variantes linguísticas. É preciso, considerar, no entanto, que o efeito da variável gênero/sexo isoladamente camufla outros aspectos e complexas interações que devem ser examinadas no estudo da variação e da mudança (PAIVA; DUARTE, 2003, p. 35-37).

Pudemos perceber que as mulheres utilizam mais do que os homens a variante eleita pela escola como a forma anafórica prototípica ou mais formal, que, nesse caso, seria o pronome oblíquo (ou clítico). Conforme os resultados da análise estatística, podemos observar que nossa hipótese pôde ser atestada, indicando um grau maior de formalidade na linguagem dos informantes do sexo feminino.

Talvez fosse possível dizer que as informantes mostram, com isso, que têm uma consciência maior em relação ao uso das variantes linguísticas, ou seja, monitoram mais a sua escrita e avaliam com mais intensidade as formas que utilizarão (ou não) na interação verbal. Isso pode revelar que elas, ainda que adolescentes (ou pré-adolescentes), parecem utilizar as variedades de mais prestígio, devido a um grau maior de consciência linguística. Vale lembrar, entretanto, que esse resultado pode esconder

outras forças que atuam sobre a variante pronome oblíquo, uma vez que, em pesquisas anteriores, como mostra Duarte (1989), foi encontrada “ausência absoluta de clíticos [de terceira pessoa] na fala dos jovens entre 15 e 17 anos” (p. 27)<sup>6</sup>.

### 2.1.2 Variável ‘pessoa do discurso’: hipótese e discussão dos resultados

Nossa hipótese é de que a primeira pessoa do discurso no acusativo é geralmente marcada pelo pronome oblíquo, enquanto a terceira pessoa é marcada pelo pronome reto, ou pelo pronome nulo. Levando-se em consideração novamente a observação de Duarte (1989, p. 27) e o fato de o *corpus* de nossa pesquisa ter como informantes apenas (pré)adolescentes, com a faixa etária entre 11 e 17 anos, acredita-se que na terceira pessoa o clítico seja uma forma muito pouco utilizada. Nossa hipótese foi levantada a partir da seguinte observação de Duarte (1989, p. 19):

Na realização do objeto direto correferente com um SN, mencionado no discurso (doravante objeto direto anafórico), o português falado no Brasil tende, com frequência cada vez maior, a substituir o clítico acusativo 3ª pessoa pelo pronome lexical (forma nominativa do pronome com função acusativa), por SNs anafóricos (forma plena SN correferente com outro SN previamente mencionado) ou por uma categoria vazia (objeto nulo).

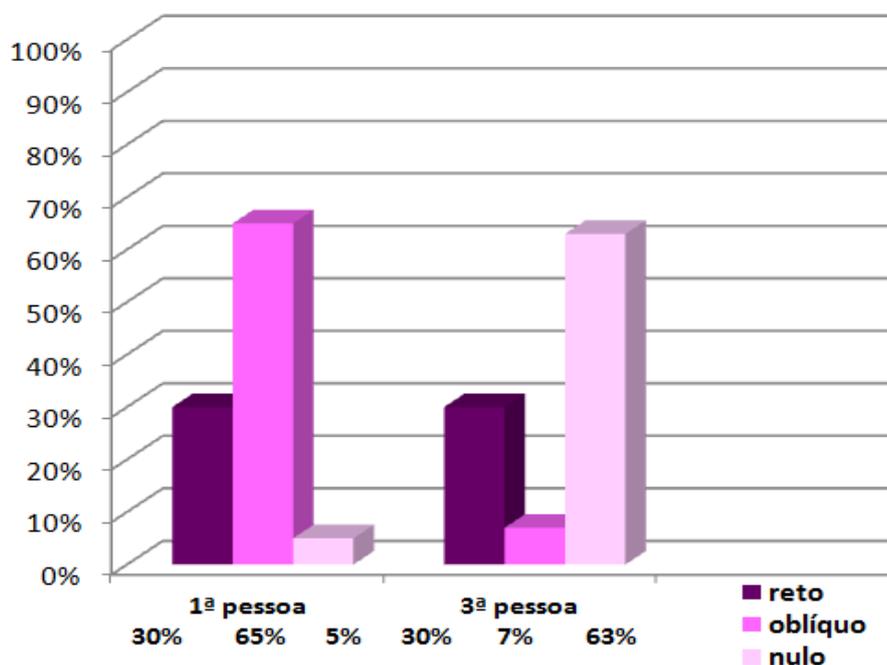
Esse comentário de Duarte (1989) reforça a hipótese de que o pronome nulo aparece com frequência maior, seguido pelo pronome lexical, quando se trata do acusativo na terceira pessoa do discurso.

Para a análise da variável ‘pessoa do discurso’, foi necessário retirar da rodada a segunda pessoa, pois os dados relativos a esse fator eram bem poucos (apenas 5), e nosso objetivo maior era mostrar uma distribuição entre as pessoas e as formas de realização do acusativo (pronome reto, oblíquo e objeto nulo).

---

<sup>6</sup> Sobre questões relacionadas à interação entre as variáveis ‘sexo’ e ‘faixa etária’, verificar o capítulo 9 de Labov (2001).

Gráfico 2 – Porcentagem de uso dos pronomes reto, oblíquo e objeto nulo conforme a variável ‘pessoa do discurso’



Com base neste gráfico, é possível perceber que, de fato, o pronome de terceira pessoa aparece como clítico em apenas 7% das ocorrências. Já o pronome reto de terceira pessoa tem uma porcentagem de 30%, mas o que impressiona é o número de percentual alto (63%) do nulo em terceira pessoa. Parece que os informantes optam pelo pronome nulo de terceira pessoa na escrita para evitar formas com pronomes retos na posição de objeto, que, em geral, são desprestigiadas pela sociedade, como em: “dai ela levou ele no medico” (exemplo 8a).

Com relação ao pronome reto na primeira pessoa, o que se observa é um uso bem reduzido de ocorrências na primeira pessoa do singular, como em “depois fez eu lavar a cola todo dia” (exemplo 7a), e uma grande quantidade de casos na primeira pessoa do plural, especialmente quando o pronome utilizado era o *a gente*, como em “dois elemento abordaram a gente” (exemplo 7c).

As ocorrências em (7) e (8) ilustram a variação encontrada em nosso *corpus*:

(7) Ocorrências de PRIMEIRA PESSOA

a) “depois fez eu lavar a cola todo dia”

(Pronome reto de 1ª pessoa do singular. Masculino, 14 ou 15 anos, 8º ano);

b). “a hora que ela viu nois ela ficou muito felis.”

(Pronome reto de 1ª pessoa do plural. Feminino, 14 ou 15 anos, 8º ano);

c) “dois elemento abordaram a gente”

(Pronome reto de 1ª pessoa do plural. Masculino, até 13 anos, 8º ano);

d) “bastante pessoas me conheciam”

(Pronome oblíquo de 1ª pessoa do singular. Feminino, + de 16 anos, 9º ano)

e) “e minha tia nos abraçou e nos beijou”

(Pronome oblíquo de 1ª pessoa do plural. Feminino, até 13 anos, 9º ano)

f) “me imobilizarão e levarão Ø para o hospital infantil.”

(Pronome nulo de 1ª pessoa do singular. Masculino, acima de 16 anos, 8º ano)

(8) Ocorrências de TERCEIRA PESSOA

a) “dai ela levou ele no medico”

(Pronome reto. Masculino, acima de 16 anos, 6º ano)

b) “meu tio avia morido [...] eu o amava muito”

(Pronome oblíquo. Feminino, até 13 anos, 6º ano)

c) “Oferecemos vinho para eles e eles aceitaram Ø”

(Pronome nulo. Feminino, 14 ou 15 anos, 7º ano)

### 2.1.3 Variável ‘animacidade’: hipótese e discussão dos resultados

Muitos trabalhos têm mostrado que a animacidade é um traço semântico que condiciona pesadamente o uso de uma variante sobre a outra, indicando uma tendência de o objeto direto nulo ter um elemento [-animado] como antecedente (cf. DUARTE, 1989; CYRINO, OLIVEIRA, 2007). Para tratar dessa questão, levamos em conta a seguinte hipótese de Oliveira (2007, p.14):

[...] o uso do clítico acusativo e do pronome tônico está condicionado ao traço [+animado, +específico/referencial] de seu antecedente, enquanto o do objeto nulo e do SN anafórico ao traço [-animado, +específico/referencial] de seu referente.

Essa hipótese foi atestada pela autora, que encontrou os seguintes resultados:

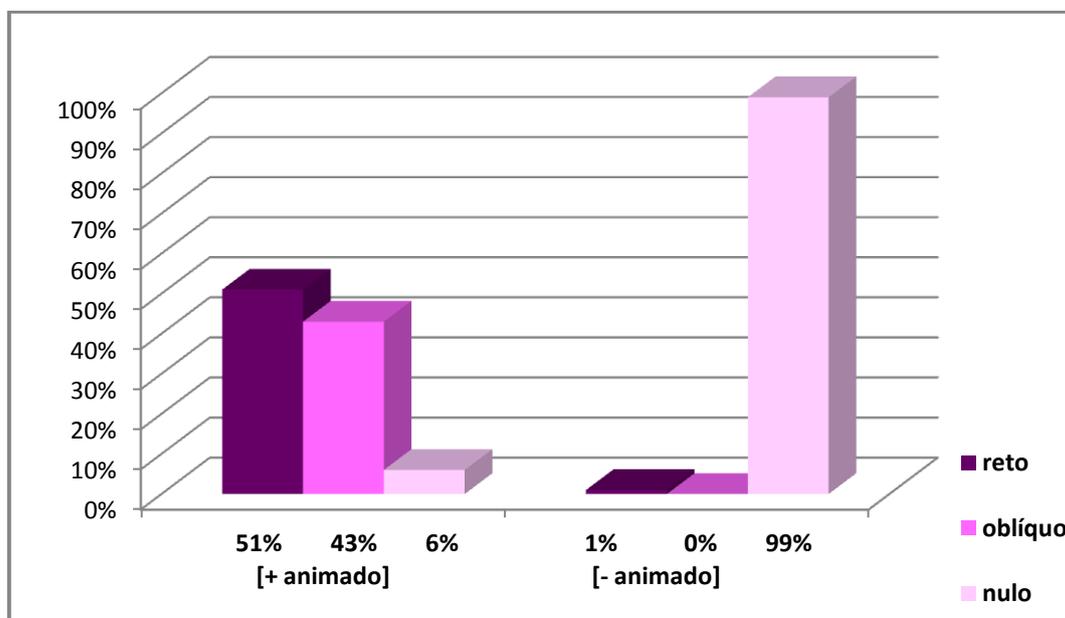
Quanto à natureza semântica do antecedente, o traço [+/-animado] mostrou-se relevante para o condicionamento da variante objeto nulo, já que 47 das 110 ocorrências (43%) aparecem quando o antecedente apresenta o traço [+animado] e 43 das 62 ocorrências (69%) com o traço [-animado], ou seja,

pode-se dizer que as crianças usaram mais objetos nulos quando o antecedente é [-animado](OLIVEIRA, 2007, p. 18).

Embasamo-nos nesses resultados para construir nossa hipótese de que o objeto nulo é geralmente [- animado], enquanto o clítico e, sobretudo, o pronome reto são utilizados para referentes com traço [+ animado], pois, conforme Duarte (1989), “a não-realização fonológica do objeto direto anafórico é favorecida pelo traço [- animado] de seu antecedente.” (DUARTE, 1989, p. 25).

Vejamos a seguir os resultados da variável ‘animacidade’ encontrados em nosso trabalho.

Gráfico 3 – Porcentagem de uso dos pronomes reto, oblíquo e objeto nulo conforme a variável ‘animacidade’



Este gráfico ilustra com expressividade a enorme diferença que o traço animacidade estabelece no condicionamento do uso das variantes. Com tais resultados, foi possível atestar nossa hipótese de que o objeto nulo é, de fato, utilizado para se referir a referentes marcados com traço [-animado], enquanto os referentes com traço [+ animado] estão distribuídos quase que igualmente (ao menos em nossos resultados) entre os pronomes retos e oblíquos. Ou seja, o maior grau de animacidade faz com que haja uma necessidade da “realização fonológica do objeto” (DUARTE, 1989,

p. 25). Esses resultados corroboram também as diversas constatações a que chegaram outros estudiosos.

Para ilustrar essa discussão, observemos os exemplos a seguir.

(9) “quando derrepente o carro atropelou elas”  
(Pronome Reto. Feminino, até 13 anos, 7º ano)

(10) “nós perdemos Ø de 10 a 6”  
(Pronome nulo. Masculino, até 13 anos, 6º ano)

Após essas verificações<sup>7</sup>, passemos, pois, à segunda rodada, em que serão consideradas apenas duas variáveis dependentes: o pronome reto e o pronome oblíquo.

## 2.2 Segunda rodada (reto vs oblíquo)

Na segunda rodada estatística, deixamos de lado a variante objeto nulo, com a finalidade de mostrar a diferença entre o uso dos clíticos e dos pronomes retos. Nessa nova rodada, então, o programa selecionou pesos relativos, haja vista que utilizamos uma rodada binária multidimensional.

A hipótese geral em relação às duas variantes era de que o pronome pessoal do caso reto de terceira pessoa está sendo utilizado como acusativo com uma frequência muito maior que os pronomes oblíquos no PB. Mas, com base nos resultados, pudemos fazer uma discussão mais fundamentada, principalmente por causa dos resultados mais detalhados dos grupos de fatores condicionantes internos e externos.

Os resultados gerais dessa segunda rodada, com o controle da variável dependente ‘formas anafóricas preenchidas no acusativo’ encontram-se na Tabela 4, a seguir:

Tabela 4 – Frequência dos pronomes reto e oblíquo no acusativo

	<b>RETO</b>	<b>OBLÍQUO</b>	<b>TOTAL</b>
Número de ocorrências	70	57	127
Percentual %	55%	45%	100%

<sup>7</sup> Ressaltamos que as demais variáveis independentes levantadas não se mostraram relevantes e, por isso, foram dispensadas dessa parte da análise.

Percebemos, com esses resultados, que o pronome reto aparece em vantagem de frequência em relação ao pronome oblíquo, quando se trata de objeto direto. Mas o que surpreende é que a diferença entre as duas variantes não é tão significativa, porém, é preciso ressaltar que estão incluídas nesse resultado as três pessoas do discurso, não apenas a terceira. Então, precisamos estudar as minúcias dos resultados, para considerar qualquer aspecto que pudesse ser deixado de lado.

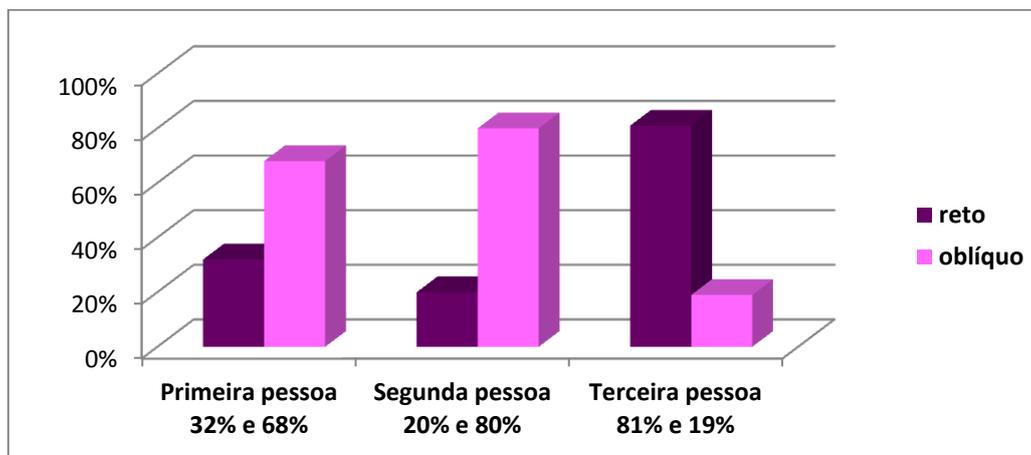
O primeiro grupo de fatores selecionado nessa segunda rodada foi a variável ‘pessoa do discurso’ e, nessa rodada, não desconsideramos a segunda pessoa. O segundo grupo selecionado foi ‘sexo’, seguido de ‘escolaridade’. Essa discussão vai ser apresentada nas seções a seguir.

### **2.2.1 Variável ‘pessoa do discurso’: hipótese e discussão dos resultados**

Nossa hipótese é de que o pronome reto é condicionado pela terceira pessoa do discurso, enquanto a primeira pessoa se concretiza, em sua maioria, pelo pronome clítico, atestando a hipótese de Oliveira (2007, p. 5) no que diz respeito ao uso do clítico de terceira pessoa: “houve uma queda na sua ocorrência. Esses elementos são cada vez menos frequentes na língua, principalmente o clítico acusativo de 3ª pessoa.”

Além disso, Cyrino (1997) percebe que, desde a segunda metade do século XIX, os pronomes tônicos e os objetos nulos passam a ser mais utilizados do que o clítico acusativo. Isso nos leva a crer que o pronome oblíquo está em desvantagem em relação ao pronome reto, quando se trata de terceira pessoa do discurso. Essa hipótese, aliás, já fora bastante comentada neste trabalho. Embora as gramáticas normativas insistam em impor o pronome oblíquo (ou clítico) como variante a ser utilizada no acusativo, os falantes brasileiros, em seu vernáculo (ou, pelo menos, numa fala ou escrita mais informal), pouco o utilizam.

Gráfico 4 – Porcentagem de uso dos pronomes reto e oblíquo conforme a variável ‘pessoa do discurso’



Por meio do Gráfico 4, percebemos que o pronome oblíquo é favorecido geralmente pela primeira e segunda pessoas do discurso, enquanto a terceira pessoa está cada vez mais ligada ao pronome reto. Os resultados estatísticos, considerando a rodada multidimensional e tomando o pronome reto como aplicação da regra, são mostrados a seguir:

Tabela 5 – Frequência e probabilidade do **pronome reto**, segundo a variável ‘pessoa do discurso’

Variável ‘pessoa do discurso’	Apl/ total = %	Peso relativo
Primeira pessoa	19/60 = 32%	0,21
Segunda pessoa	01/05 = 20%	0,15
Terceira pessoa	50/62 = 81%	0,81
Total	70/127=55%	

O peso relativo confirma o percentual e atesta nossa hipótese (e a de muitos outros pesquisadores da língua): o pronome oblíquo (o, a, os, as) é utilizado com pouca frequência na terceira pessoa do discurso (apenas 0,19), mas ainda aparece na escrita de adolescentes na primeira e segunda pessoas. Por outro lado, o pronome reto é condicionado, principalmente, pela terceira pessoa do discurso, tendo-se um peso relativo significativo de 0,81.

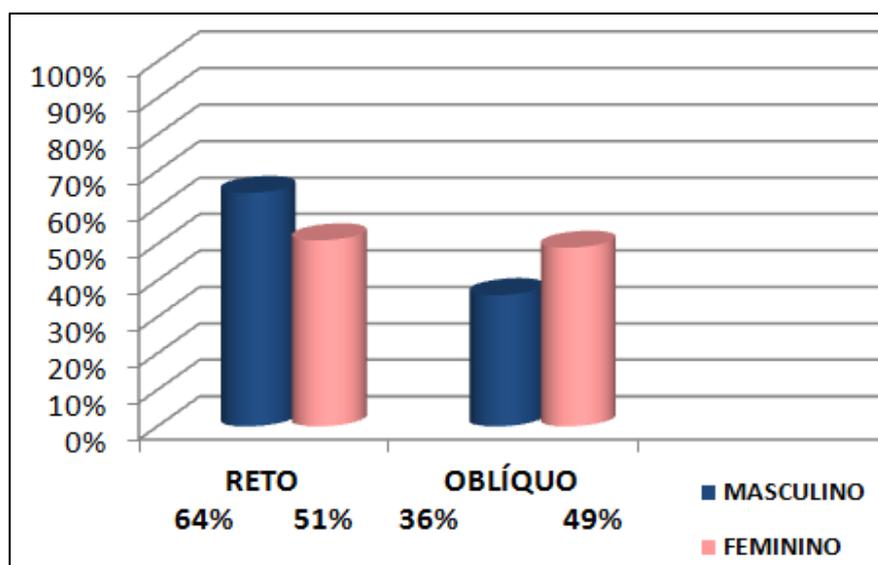
## 2.2.2 Variável 'sexo': hipótese e discussão dos resultados

Quando a variável externa for o 'sexo' do informante, nossa hipótese sempre será de que as informantes optam pela variante mais formal. Como estamos considerando como variante mais formal e de maior prestígio em nossa pesquisa o pronome oblíquo, acreditamos que seja provável que as mulheres o utilizem com mais frequência do que os homens na disputa entre essa forma e o pronome reto. Essa hipótese está ancorada nas observações de Paiva e Duarte (2003):

[...] a forma de prestígio tende a predominar na fala feminina. Podemos interpretar essa correlação como um indicador de que as mulheres preferem as formas linguísticas de prestígio e são mais sensíveis a uma norma de linguagem? Diversos outros estudos de orientação sociovariacionista puderam corroborar a constatação de Fischer: gênero/sexo pode ser um grupo de fatores significativo para processos variáveis de diferentes níveis (fonológico, morfosintático, semântico) e apresenta um padrão bastante regular em que as mulheres demonstram maior preferência pelas variantes linguísticas mais prestigiadas socialmente (PAIVA; DUARTE, 2003, p. 34).

Os resultados mostrados no Gráfico 5 nos indicam que nossa hipótese pode ser atestada.

Gráfico 5 – Porcentagem de uso dos pronomes reto e oblíquo conforme a variável 'sexo'



Constatamos que os informantes de sexo masculino têm preferência pela utilização do pronome reto em lugar do oblíquo. As meninas, mesmo que com uma

diferença mínima entre o percentual de uso dos retos e oblíquos (de apenas 2%), também preferem o pronome reto, porém, a divergência entre os dois tipos de uso (oblíquo e reto) não é tão grande como no caso dos meninos (28%). Isso se explica devido ao fato de os informantes do sexo masculino aparentemente não apresentarem preferência pela variante de prestígio. Vejamos, pois, os resultados dos pesos relativos.

Tabela 6 –Frequência e probabilidade do pronome RETO, segundo a variável ‘sexo’

Variável ‘sexo’	Apl/ total=%	Peso relativo
Feminino	43/85=51%	0,38
Masculino	27/42=64%	0,72
Total	70/127=55%	

Percebe-se, por meio dos resultados do peso relativo, uma diferença bem significativa no uso das variantes entre os sexos. Enquanto as informantes apresentam baixa produtividade de pronome reto (apenas 0,38), os informantes masculinos apresentam um peso relativo de número muito maior (0,72). Com a visualização desses pesos relativos, é possível perceber, mais nitidamente do que se mostra no Gráfico 5, a diferença de linguagem quanto à realização do objeto anafórico no acusativo entre os dois sexos. Novamente, trazemos à baila uma reflexão de Paiva e Duarte (2003) sobre essas questões.

A maior consciência feminina ao *status* social das formas linguísticas pode ser atribuída também ao maior formalismo associado aos papéis femininos e ao fato de a posição da mulher na sociedade estar menos assegurada do que a do homem. Tal formalismo, transferido para as situações interacionais vivenciadas pela mulher, se traduz na necessidade de resguardar a face e de manifestar um comportamento que garanta sua aceitação social (PAIVA; DUARTE, 2003, p. 40).

Como meio de ilustrar essa realidade, trazemos à vista alguns exemplos de nossos dados:

(11) “dai ela levou ele no medico”  
(Pronome reto. Masculino, até 13 anos, 6º ano)

(12) “e nos levou para o raso e voltamos a nadar.”  
(Pronome oblíquo. Feminino, até 13 anos, 7º ano)

Os exemplos são apenas ilustrativos e nos dão um panorama geral dos resultados obtidos por meio da rodada estatística, mas é necessário ressaltar que as informantes do sexo feminino também utilizaram o pronome reto com uma certa frequência.

### **2.2.3 Variável 'escolaridade': hipótese e discussão dos resultados**

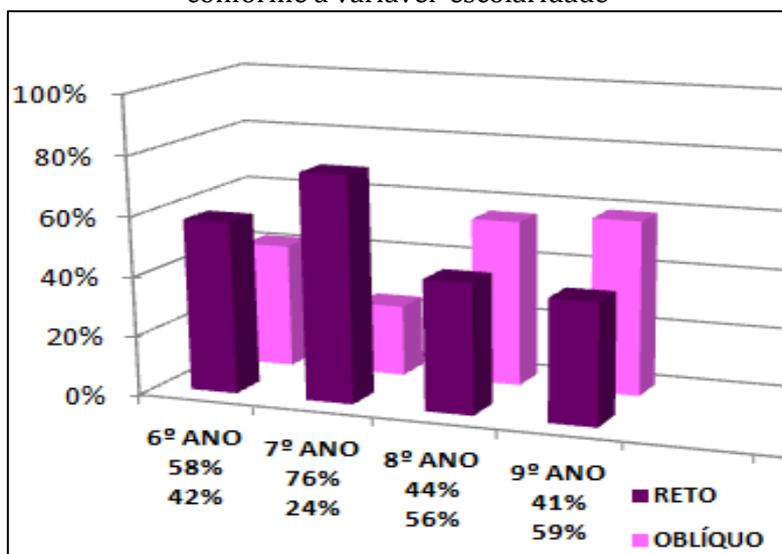
Nossa hipótese é de que quanto maior a escolaridade do informante, maior o uso da variante ensinada na escola – o pronome oblíquo (ou clítico) – e quanto menos escolarizado, maior o uso da variante pronome reto. Nesse sentido, conforme Calles (2006, p. 15), “na língua falada no dia a dia, predomina, especialmente no caso de falantes menos escolarizados, o emprego do *ele* acusativo no lugar do clítico.”

Mas levamos em conta também os resultados de Oliveira (2007), pois nem sempre a variação ocorre com tamanha precisão, *i.e.*, quando se trata de variação, não há obviedades. Por isso, trazemos à vista a não confirmação da hipótese da autora, que, da mesma forma que nesta pesquisa, trabalhou com dados escritos de alunos, porém de anos do primeiro e segundo ciclo do ensino fundamental:

Não se confirmou, também, a hipótese de que o uso do clítico de 3ª pessoa começaria a aparecer nos dados a partir das séries finais, pois esta variante apareceu nos dados das séries iniciais, ainda que de forma reduzida. No entanto, o levantamento dos dados mostrou que os clíticos acusativos de 3ª pessoa não fazem parte da aquisição natural da língua, já que somente 10% das crianças entre 6 e 7 anos utilizaram essa variante (OLIVEIRA, 2007, p. 27).

Nosso Gráfico 6 mostra a diferença entre os graus de escolaridade, considerando o uso de pronomes retos e oblíquos:

Gráfico 6 – Porcentagem de uso dos pronomes reto e oblíquo conforme a variável ‘escolaridade’



Este gráfico aparentemente se mostra regular, pois, conforme o grau de escolaridade aumenta, a utilização do pronome oblíquo, variante mais prestigiada e formal, aumenta, exceto pela quebra que acontece no sétimo ano, na qual os alunos utilizaram muito mais o pronome reto do que nos outros anos (incluindo o sexto ano) e muito menos o pronome oblíquo.

Para tentar ilustrar melhor esse resultado, fizemos uma tabela com os respectivos pesos relativos de cada escolaridade no que toca ao uso do pronome pessoal reto:

Tabela 7 – Frequência e probabilidade do pronome RETO, segundo a variável ‘escolaridade’

Variável ‘escolaridade’	Apl/ total=%	Peso relativo
5º ano	14/24=58%	0,56
6º ano	28/37=76%	0,71
7º ano	17/39=44%	0,41
8º ano	11/27=41%	0,28
Total	70/127=55%	

Os resultados do peso relativo seguiram os percentuais, indicando de um lado um favorecimento do uso do pronome reto pelos informantes do sétimo ano (0,71) e um desfavorecimento dessa variante pelo oitavo ano (0,28). Esperaríamos uma tendência

escalar de uso desses pronomes retos: quanto maior o grau de escolaridade, maior deveria ser o uso do pronome oblíquo e menor o uso do pronome reto. Vamos tentar entender melhor o que aconteceu entre o sexto e sétimo ano.

Uma possível resposta para essa indagação poderia surgir do cruzamento entre as variáveis independentes ‘escolaridade’ (externa) e ‘pessoa do discurso’ (interna) com as duas variantes: pronome reto e pronome oblíquo. Para que isso fosse feito, utilizamos um programa, do pacote VARBRUL, chamado “crosstab”, com o qual pudemos cruzar essas duas variáveis, além de obter resultados do número de ocorrências de cada variante e suas respectivas porcentagens.

Com esses resultados, fizemos uma tabela que nos permitiu interpretar melhor o gráfico exibido anteriormente. A tabela está dividida conforme a escolaridade (6º, 7º, 8º e 9º ano) dos informantes e a pessoa do discurso (1ª, 2ª e 3ª).

Tabela 8 – Cruzamento entre as variáveis ‘escolaridade’ e ‘pessoa do discurso’

ANO \ PESSOA		1		2		3		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%	N	%
6º ano	R	4	40%	0	0%	10	77%	14	58%
	O	6	60%	1	100%	3	23%	10	42%
	T	10	100%	1	100%	13	100%	24	100%
7º ano	R	9	60%	1	100%	18	86%	28	76%
	O	6	40%	0	0%	3	14%	9	24%
	T	15	100%	1	100%	21	100%	37	100%
8º ano	R	4	17%	0	0%	13	93%	17	44%
	O	19	83%	2	100%	1	7%	22	56%
	T	23	100%	2	100%	14	100%	39	100%
9º ano	R	2	17%	0	0%	9	64%	11	41%
	O	10	83%	1	100%	5	36%	16	59%
	T	12	100%	1	100%	14	100%	27	100%
T ano	R	19	32%	1	20%	1	81%	70	55%
	O	41	68%	4	80%	4	19%	57	45%
	T	60	100%	5	100%	5	100%	127	100%

R: pronome reto    O: pronome oblíquo    N: número de ocorrências    T: total

Percebemos, por meio dos resultados da Tabela 8, que na quinta e no sétimo ano o número de ocorrências de pronomes oblíquos de terceira pessoa do discurso é exatamente o mesmo, mas o que diferencia os dois anos e as porcentagens é o número de pronomes retos que foram encontrados no sétimo ano, principalmente na terceira pessoa do discurso (18 ocorrências, 86%). Com isso, a porcentagem dos pronomes retos

se elevou, e o percentual dos pronomes oblíquos diminuiu, havendo uma divergência maior entre as variantes no sétimo ano.

Essa tabela, no entanto, não responde a todas as nossas perguntas, pois algo a se relevar também é a variável independente 'faixa etária', ainda que não seja tão discrepante (os informantes têm idade muito próxima), visto que alguns alunos com maior idade poderiam estar enviesando nossos resultados. Relembramos, então, o que Tarallo (2000, p. 65) orientou sobre a necessidade de se relevar o fator 'faixa etária'.

Feita a análise dos fatores condicionadores internos, você deverá correlacionar as variantes ao fator idade. A relação de estabilidade das variantes (a situação da contemporização) avultará, se entre a regra variável e a faixa etária dos informantes não houver qualquer tipo de correlação.

Por isso, fizemos outro cruzamento, resultando numa nova tabela, dessa vez entre dois grupos de fatores externos: 'escolaridade' e 'faixa etária'.

Tabela 9 – Cruzamento entre as variáveis 'escolaridade' e 'faixa etária'

IDADE		3 (abaixo de 13 anos)		6 (acima de 16 anos)		4 (entre 14 e 15 anos)		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%	N	%
6º ano	R	10	56%	0	0%	4	67%	14	58%
	O	8	44%	0	0%	2	33%	10	42%
	T	18	100%	0	0%	6	100%	24	100%
7º ano	R	19	73%	0	0%	9	82%	28	76%
	O	17	27%	0	0%	2	18%	9	24%
	T	36	100%	0	100%	11	100%	37	100%
8º ano	R	10	48%	0	0%	7	44%	17	44%
	O	11	52%	2	100%	9	56%	22	56%
	T	21	100%	2	100%	16	100%	39	100%
9º ano	R	4	67%	6	46%	1	13%	11	41%
	O	2	33%	7	54%	7	88%	16	59%
	T	6	100%	13	100%	8	100%	27	100%

R: pronome reto O: pronome oblíquo N: número de ocorrências T: total

Os resultados presentes na Tabela 9 mostram que o cruzamento entre esses dois grupos é bastante relevante, pois no sétimo ano, há alguns alunos que têm entre 14 e 15 anos, isto é, são alunos que provavelmente foram reprovados ou, de alguma forma, estão atrasados nos estudos. Vale lembrar que, nesse ano, os alunos que não tiveram nenhum tipo de atraso escolar têm entre 11 e 12 anos de idade. Reparando mais atentamente na tabela, podemos constatar que esses alunos acima da faixa etária regular do sétimo ano apresentam 9 ocorrências de pronome reto, e apenas 2 ocorrências de pronomes

oblíquos, totalizando 82% de utilização do pronome lexical. Com isso, percebemos que o número expressivo de alunos que estão acima da faixa etária convencional do sétimo ano pode explicar a porcentagem alta de pronome reto encontrada. Já no sexto ano, apesar de também ter informantes com essa faixa etária, o número é bem menor.

Ademais, outro aspecto importante a ser levado em conta é que poderíamos ter estabelecido uma maior polaridade entre os níveis de escolaridade, haja vista que o sexto ano e o sétimo estão muito próximos, não havendo muita divergência de idade e escolaridade entre os alunos. Se retomarmos, portanto, os resultados da Tabela 7, reunindo sextos e sétimos anos de um lado e oitavos e nonos, do outro, vamos perceber uma diferença significativa com relação às formas anafóricas utilizadas pelos alunos: enquanto as escolaridades mais baixas usam preferencialmente o pronome reto (58% e 76%, com peso de 0,56 e 0,71), as escolaridades mais altas preferem o pronome oblíquo (44% e 41%, com peso relativo de 0,41 e 0,28 de pronome reto).

### 2.3 Terceira rodada (reto/oblíquo vs nulo, ou preenchido vs não-preenchido)

Optamos por fazer essa rodada porque percebemos a necessidade de se comparar uma variante preenchida (pronome reto + pronome oblíquo) em relação à outra não-preenchida (pronome nulo), em ponderação ao que afirma Duarte (1989, p. 25):

Quanto ao traço [- animado], sua atuação no sentido de favorecer o apagamento do objeto, independentemente da estrutura sintática, não deixa dúvidas: a categoria vazia ocorre em 76,8% das estruturas simples, 78,5% das estruturas com predicativo e 100% das complexas.

Nossos resultados se mostraram semelhantes aos da autora, como podemos verificar na Tabela 10, a seguir.

Tabela 10 – Frequência dos pronomes reto/oblíquo e nulo no acusativo

	<b>RETO + OBLÍQUO</b>	<b>NULO</b>	<b>TOTAL</b>
Número de ocorrências	127	110	237
Percentual %	54%	46%	100%

De acordo com a Tabela 10, o número de objetos preenchidos foi maior que o número de objetos nulos, apesar de a diferença ser de apenas 12% entre essas formas anafóricas no acusativo. Com os resultados estatísticos e a seleção do programa VARBRUL, pudemos fazer uma análise mais detalhada da variável dependente.

Nessa terceira rodada, apenas a variável ‘animacidade’ foi selecionada pelo pacote VARBRUL. A próxima seção será reservada à análise e à discussão acerca dos resultados estatísticos referentes a esta variável, além de relacionarmos esses resultados a nossas hipóteses.

### **2.3.1 Variável ‘animacidade’: hipótese e discussão dos resultados**

Alguns elementos utilizados como acusativo são condicionados pela variável ‘animacidade’, por exemplo, o pronome pessoal do caso reto de terceira pessoa parece ser utilizado em contextos cujos referentes são [+ animados], enquanto o objeto nulo parece ser mais usado em casos em que os referentes são [- animados].

No estudo do condicionamento semântico de animacidade, Duarte (1989) mostrou, através dos seus resultados, que o traço [+ animado] estava presente em 92,4% dos dados de pronome lexical, e em 78,4% dos dados de clíticos. O traço [- animado] aparece com mais frequência nas ocorrências de SN anafórico, abarcando 70,7% desses dados, e, 76,3% do objeto nulo.

Além de Duarte (1989), outros autores também constataram que o traço [+ animado] favorece o uso do pronome tônico:

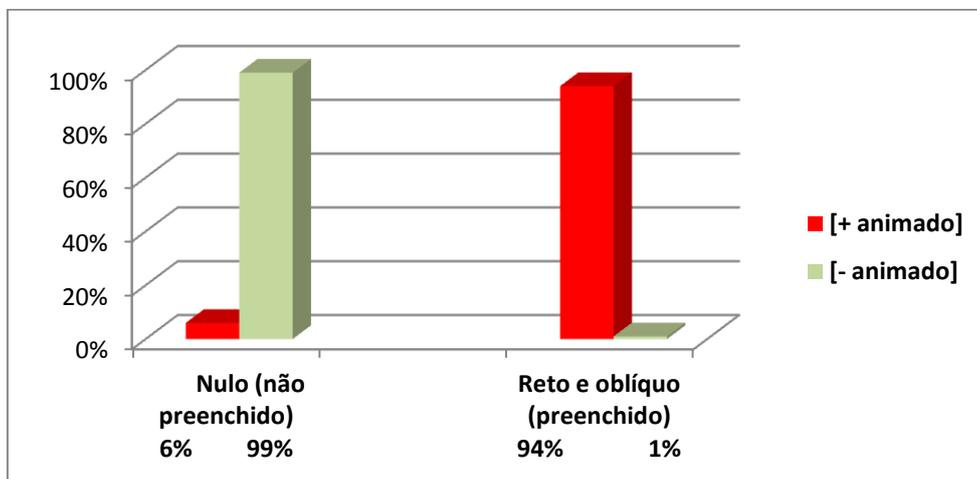
Quanto à ocorrência de objetos diretos nulos, os resultados confirmam as pesquisas sincrônicas e diacrônicas existentes: o objeto direto nulo do PB é preferencialmente [-animado] e ocorre em qualquer tipo de estrutura, seja ilha ou não. Mais importante, os resultados deste estudo confirmam assim os resultados provenientes de um corpus escrito (peças teatrais), mostrando que esse tipo de pesquisa pode revelar, da mesma forma, a situação da língua oral. Como diz Adams (1987), na verdade, os autores não podem mudar muito a sintaxe da língua escrita se querem ser entendidos (CYRINO, 2000, p. 618).

Assim como Cyrino (2000), Oliveira (2007) constata que o traço [+ animado] é um forte condicionador do pronome preenchido, isto é, quando o referente é [+ animado], os falantes optam por realizá-lo fonologicamente de alguma forma:

Os condicionamentos linguísticos revelaram que o traço [+animado], como previmos, privilegiou a ocorrência do pronome tônico, como também a do clítico acusativo. Quanto à especificidade do SN antecedente, o traço [+específico/referencial] mostrou-se relevante para o condicionamento do pronome tônico, do SN anafórico e do clítico acusativo, enquanto o objeto nulo, contrariando a nossa hipótese inicial, foi favorecido em contextos em que o SN foi marcado com o traço [-específico] (OLIVEIRA, 2007, p. 26).

Os nossos resultados, então, são ilustrados no Gráfico 7, o qual mostra uma significativa diferença entre o uso do objeto preenchido e não-preenchido no que diz respeito à variável ‘animacidade’:

Gráfico 7 – Porcentagem de uso do pronome preenchido (reto + oblíquo) e não preenchido (objeto nulo) conforme a variável ‘animacidade’



O Gráfico 7 nos mostra um resultado expressivo, em que, de fato, é possível comprovar que a realização explícita do objeto pronominal anafórico (reto e oblíquo) é condicionada pelo traço [+ animado] do referente, ao passo que o objeto nulo é encontrado preferencialmente em contextos em que o referente é marcado por traço [-animado]. Citamos alguns dados como exemplos, para melhor ilustrar os resultados obtidos:

(13) “quando derrepente o carro atropelou elas”  
(Pronome reto. Feminino, até 13 anos, 7ª ano)

(14) “ganhar um troféu e dizer que ganhou Ø”  
(Pronome nulo. Feminino, até 13 anos, 8ª ano)

Ao visualizarmos também o peso relativo das variantes, podemos atestar com mais certeza nossas hipóteses, conforme tabela 11.

Tabela 11 – Frequência e probabilidade do objeto NULO, segundo a variável ‘animacidade’

Variável animacidade	Apl/ total	Peso relativo
Referente [+ animado]	08/134=6%	0,04
Referente [-animado]	102/103=99%	0,98
Total	110/237=46%	

O peso relativo do objeto nulo, quando o referente é [+ animado] é de apenas (0,04), enquanto que o peso relativo dessa mesma variante, quando o referente é menos animado é de (0,98). Podemos afirmar, então, que os resultados estão quase em distribuição complementar, tamanha é a diferença de uso entre as variantes.

Com isso, percebemos que a variável ‘animacidade’ é um fator condicionante que determina a variação das formas preenchidas e nulas no acusativo, isto é, a variável ‘animacidade’ restringe e condiciona o uso anafórico do objeto direto nulo.

### Considerações finais

Percebemos, por meio dos resultados deste trabalho, que nossa hipótese geral, segundo a qual, nas formas anafóricas no acusativo, haveria uma frequência mais acentuada de pronome reto e de objeto nulo ao invés de clítico, foi atestada. Os resultados corroboram estudos anteriores de Cyrino (1993; 1997; 2000), Duarte (1989) e Oliveira (2007) e abrem algumas reflexões sobre o ensino de língua nas escolas, uma vez que lida diretamente com a produção escrita de (pré)adolescentes de quatro escolas públicas de Florianópolis. A expansão do uso variado de elementos anafóricos não prescritos pelas gramáticas tradicionais na posição do acusativo (como pronome reto e objeto nulo) foi, portanto, verificada no *corpus* que nos propomos a analisar.

Pudemos constatar também que as variáveis internas ‘pessoa do discurso’ e ‘animacidade’ foram muito relevantes no que diz respeito ao estudo do objeto direto anafórico neste trabalho e em outras pesquisas feitas no Brasil. Boa parte de nossas hipóteses específicas foram atestadas.

Na distribuição feita entre as pessoas do discurso e as formas de realização do acusativo (pronome reto, oblíquo e objeto nulo), notamos que: (i) o clítico é preferencialmente usado na primeira pessoa – ambiente de resistência; (ii) o pronome reto tanto aparece na primeira como na terceira pessoa (quase uma forma coringa); e (iii) o pronome nulo tende a ser usado preferencialmente com a terceira pessoa.

Com relação à variável ‘animacidade’, os resultados mostraram, de um lado, um favorecimento das formas de pronome reto e de clítico com referente [+animado]; e, de outro lado, um favorecimento do objeto nulo com referente [-animado].

Quanto às variáveis independentes externas (‘escolaridade’, ‘faixa etária’ e sexo’) todas se mostraram relevantes na segunda rodada estatística, quando controlamos os condicionadores das formas de pronomes retos e clíticos, sendo a variável ‘sexo’ a que mais se destacou. Apesar da pequena amostra, observamos que na escrita de (pré)adolescentes do sexo feminino parece haver uma tendência mais acentuada pelo uso de clíticos, diferentemente do que mostra a escrita dos (pré)adolescentes masculinos, em que a forma do pronome reto é a preferida.

Embora o acusativo seja objeto teórico de inúmeras pesquisas brasileiras, acreditamos que, com base em nossos dados, possamos ter trazido contribuições em consonância com os resultados já atestados de outros pesquisadores que se dedicaram ao estudo desse tema. Esta pesquisa, portanto, corrobora a constatação dos teóricos que a embasam em relação ao uso cada vez menos frequente dos clíticos na posição de objeto direto em variedades do PB.

## Referências

CALLES, Diva Cleide. Considerações sobre estratégias alternativas ao clítico de terceira pessoa na representação do acusativo anafórico. *REVISTA LETRA MAGNA – Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura* - Ano 03- n.04 -1º Semestre de 2006.

CÂMARA JUNIOR, J. Mattoso. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (orgs). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

CYRINO, S. M. L. Elementos nulos pós-verbais no português brasileiro oral contemporâneo. In: Maria Helena de Moura Neves. (Org.). *Gramática do Português Falado*. 1.ed.Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, v. VII, p. 595-625.

DUARTE, Eugenia Lamoglia. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, Fernando. *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

LABOV, Willian. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LABOV, Willian. *Principles of linguistic change? Social factors*. Cambridge: B. Blackwell, 2001.

MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais*. Fortaleza: EUFC, 1994.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Solange Mendes. Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Vol. 5 – número 9 - agosto de 2007.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2000.

WEINREICH, Uriel; LABOV, Willian; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Recebido em março de 2013.

Aceito em junho de 2013.